

A PASTORAL RURAL DA DIOCESE DE ALAGOINHAS E A CRIAÇÃO DO STR DE ALAGOINHAS E ARAMARI NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (1977-1985)

GUTEMBERG ARMANDO DINIZ GUERRA

Universidade Federal do Pará

gguerra@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A memória é a matéria prima deste artigo, ativada pelas anotações feitas em cadernos, agendas, fotografias de época, voltas aos lugares onde os fatos se desenrolaram e retomadas de contatos com protagonistas da prática descrita e analisada ao longo deste texto. Ao mobilizar pessoas que conviveram nos mesmos espaços e acontecimentos comuns, a partir da manifestação de indivíduos, a dimensão coletiva da memória se projeta (HALBWACHS, 2006; HALBWACHS apud CAVALLI, 2004). Foi principalmente a volta aos espaços onde esta história aconteceu que permitiu o primeiro esboço escrito, como se cada elemento presente ou rememorado falasse por si mesmo. A ordem das idéias nem sempre era precisa, e nem sempre a memória individual foi suficiente para dar certeza do que fora resgatado no primeiro esboço. “Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade” (HALBWACHS, 2006, p. 72). Recorreu-se à ata da fundação do STR (1979), encontrada como fotocópia na mão do seu primeiro presidente para dar precisão histórica ao relato, mas há lacunas que não cabem no registro oficial. A busca se estendeu aos colegas de pastoral dispersos no espaço, no tempo e na condição social modificada. Benoni Leys, licenciado da ordem sacerdotal, contribuiu precisando a importância da pastoral rural. André de Witte, sagrado bispo, por telefone e mensagem eletrônica, reavivou fatos vividos conjuntamente com os sindicalistas e agentes da pastoral e relatou incidentes protagonizados por ele mesmo em sua ação missionária. O interesse comum de apoio à organização camponesa que unira advogado, técnico e religiosos no passado continua como amálgama do espaço e tempo em que estiveram juntos. A referência a este período e a este espaço são as âncoras que os permitem reinterpretar o passado, com um distanciamento crítico ao mesmo tempo que

com um engajamento emocional que exige vigilância e o apelo à consciência das possíveis armadilhas do comprometimento pessoal com aquelas vivências (ELIAS, 1993).

Identifica-se claramente, após o relato, um território mutante e complexificado pela entrada de novos objetos e atores representantes de setores do capital imobiliário, hoteleiro e agropecuário. Carregados do fetichismo de ser mercadoria (MARX, 1985, p. 79) a modernização da agricultura ganha vida e determina ritmos aos que a ela estejam subordinados. A Bahia é um dos estados em que a emigração se acentua neste período identificado como técnico-científico justamente por esta carga de insumos que se agregam à atividade agrícola (SANTOS, SILVEIRA, 48 e 49). Estas são as contribuições possíveis deste exercício de reinterpretação histórica, à posteriori, com a força do vivido, protagonizado pelos mesmos que a relata. Está inserido na história social do campesinato brasileiro, construída a partir de dentro e não de um enquadramento meramente conceitual e a priori.

Esta é, pois, uma história de fatos narrados por aqueles que a viveram, partilhada com dúvidas e certezas, confianças e desconfianças, todas produto do potencial e dos limites da memória individual, coletiva e histórica a que se refere Halbwachs (2006).

O CLERO DA DIOCESE DE ALAGOINHAS ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O CONSERVADORISMO

O Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Alagoinhas e Aramari, Bahia, foi fundado em 16 de Dezembro de 1979, na Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, situada à Praça Rui Barbosa. Este STR constituiu-se em marco da reorganização dos trabalhadores rurais do município e região, fortemente reprimidos durante todo o período militar. Embora Alagoinhas e Aramari não fossem enquadrados como municípios de área de segurança nacional, pelo fato de existir, um Batalhão de Remuniciamento do Exército Brasileiro (em Alagoinhas), reconhecidos militantes comunistas se encontrarem ativos tanto em Alagoinhas quanto em Aramari, e ser área estratégica de acesso ao sertão baiano, sempre houve um controle efetivo das forças conservadoras sobre a política daqueles municípios. A sede da diocese era expressão da polaridade exercida pelo município de Alagoinhas, tanto do ponto de vista religioso quanto político, social e econômico.

Os marcos de uma militância religiosa calcada na Teologia da Libertação já estava em curso na Diocese de Alagoinhas, ainda que nem todos os religiosos

atuantes neste espaço se filiassem a esta linha de ação. Podia-se reconhecer na prática religiosa os que trabalhavam na perspectiva da transformação do mundo em reino de Deus, com a vida digna (BOFF, 1980) e os que seguiam uma linha ritual, cuja mística se projetava em um mundo de felicidade possível de ser vivido apenas pós morte. Perani (1979) reflete sobre as Comunidades Eclesiais de Base demonstrando a sua diversidade e a renovação da prática pastoral naquele período.

Durante o processo de mobilização para fundação do STR de Alagoinhas e Aramari, veio à tona a história de vários militantes sindicais e comunistas presos, vivendo na clandestinidade ou no exílio durante a repressão no período militar. A repressão a uma organização de lavradores e trabalhadores agrícolas no Distrito de Boa União foi relatada por fontes locais. Uma fazenda abandonada teria sido apropriada coletivamente na década de 60 do século XX, por um grupo de moradores do entorno e que nela fizeram roças. O proprietário, ausente até então, enviara milícia particular para expulsar os posseiros, destruindo as plantações, humilhando os camponeses que foram encontrados na área, aprisionando-os, raspando-lhes as cabeças e untando-lhas com visgo de jaca. Da resistência dos posseiros surgiu uma organização, com estrutura formal, estatuto e prática regular de reuniões, da qual cheguei a ver o estatuto impresso, em mãos de um dos seus membros. Esta organização teria sido destruída após o golpe de 1964 e sua liderança dispersa pela ameaça de prisão. Na assembleia de fundação do STR, um senhor até então desconhecido pediu a palavra, fez um discurso politizado, sem que houvesse registro com precisão da sua participação na construção daquele evento.

Havia, à época, apenas o STR de Mata de São João, sem representação sindical nos outros municípios. A história do STR de Alagoinhas e Aramari começa, efetivamente, com o apoio do Bispo Dom José Floriberto Cornelis aos camponeses que estavam sofrendo franco processo de expulsão de suas terras pelos projetos instalados na jurisdição de sua diocese. Belga de nascimento, Dom José exercera o sacerdócio no Congo, até a ascensão de Mobuto Sese Seko ao poder em 1960. Compondo a lista dos que seriam executados, por representarem oposição ou crítica ao líder em ascensão naquele país, alertado por um fiel, o religioso evadira-se em uma canoa, coberto de bananas (Comunicação oral a Gutemberg Guerra, em 1979). Ex-arcebispo de Lubumbashi (Elisabethville no Katanga congolês), foi acolhido como auxiliar na Arquidiocese de Salvador na Bahia e se transformou no primeiro bispo da Diocese de Alagoinhas entre 1974 e 1986 (BEOZZO, 2011).

Faziam parte da Pastoral Rural desta Diocese os padres Geraldo Bran-

dstetter, Benoni Leys e André de Witte, a irmã Sara, a enfermeiras Hilda e Catarine, o advogado Nelson Silvério de Santana e o engenheiro agrônomo Gutemberg Armando Diniz Guerra, contando oito pessoas diretamente envolvidas neste trabalho.

METODODOLOGIAS TECNOLÓGICAS CONCORRENTES: DIOCESE, EMPRESAS DE REFLORESTAMENTO, EMBRAPA, EMATER E GRILEIROS.

Financiamentos subsidiados por programas de modernização da agricultura brasileira, implantação de grandes áreas de Reflorestamento e a abertura da Estrada BA-099, chamada Linha Verde, ligando Salvador à Aracaju pelo litoral, foram fatos que implicaram na valorização, apropriação de terras por fazendeiros, empresas nacionais e internacionais com a expulsão de camponeses, posseiros presentes nos diversos municípios da diocese de Alagoinhas. A identificação e descrição destes atores em interação remetem à idéia de espaço explicitada por Milton Santos. Além da paisagem constituída pelas “formas que exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” o espaço incorpora “a vida que as anima” (SANTOS, 2006; p. 103).

Parte das terras desta faixa de agreste, identificada como terra de transição entre o litoral e o sertão, conhecidas como terras de tabuleiro, eram consideradas fracas e impróprias para a agricultura até o início dos anos 60 do século XX. Nestas terras se produzia gado bovino e caprino, em regime extensivo, em que as cercas eram ocasionais. Os empréstimos oficiais feitos a juros baixos e negativos possibilitaram o cercamento e aplicação de tecnologias que viabilizaram a modernização dos empreendimentos. A terra se transformou em mercadoria com a exigência de regularização fundiária e instrumento de hipoteca para garantir empréstimos bancários. A valorização das terras promoveu a intensificação da grilagem e inaugura um novo período, “portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica” (SANTOS, 2006, p. 141), como se fossem elas inexoráveis. Pode-se fazer uma analogia desta periodização proposta por Milton Santos com a materialização da Revolução Verde no Brasil, a partir da década de 1970, quando se intensifica a modernização da agricultura brasileira.

A mediação (NEVES, 2008) da Igreja Católica consistiu em estabelecer um canal de interlocução e negociação para que a expropriação dos camponeses e a instalação dos novos atores não ocorresse de forma violenta (Comunicação

oral de Dom José Cornellis a Gutemberg Guerra e Nelson Silvério, em 1979). Havia, da parte da diocese, consciência de que era inevitável que muitos seriam excluídos, mas lutava para que os pequenos – conscientes, organizados – defendessem os seus direitos e se possível, ficassem em suas terras. Cabia à Igreja, segundo Dom José, mediar as negociações e evitar a violência. Segundo André de Witte, à época pároco de Inhambupe, em Comunicação via email para Gutemberg Guerra, em 26/01/2011), a disposição era não apenas para negociações, mas de resistência e luta para que os pequenos agricultores continuassem na terra com os seus direitos respeitados. A fórmula proposta pelo bispo Dom Cornellis era a criação de sindicatos de trabalhadores rurais, o que seria apoiado pela Pastoral Rural de forma concreta nos 23 municípios que compunham a área de sua jurisdição: Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Aramarí, Cardeal da Silva, Catu, Cipó, Conde, Entre Rios, Esplanada, Heliópolis, Inhambupe, Itanagra, Itapicurú, Jandaira, Mata de São João, Nova Soure, Olindina, Pojuca, Ribeira do Amparo, Rio Real, Sátiro Dias e Teodoro Sampaio (Figura 1).

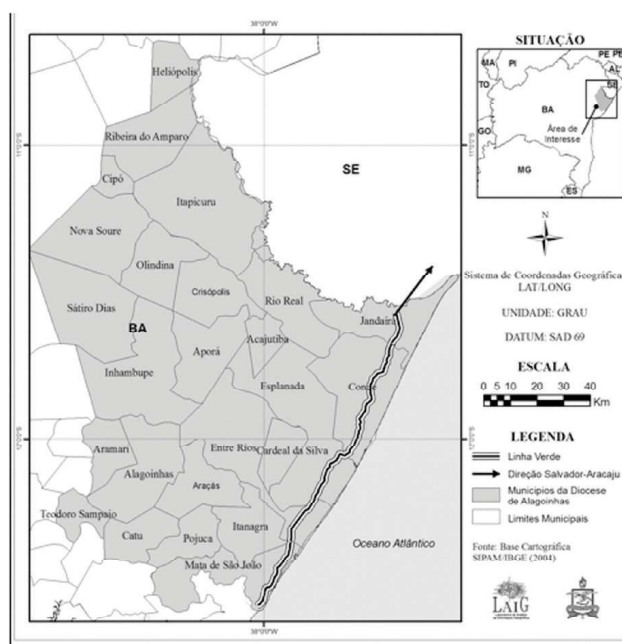


Figura 1 Mapa da Diocese de Alagoinhas, com a Linha Verde (BA-099).
Elaborado por Christian Nunes e Danilo Machado. LAIC/UFPA, 2010.

O advogado Nelson Silvério de Santana e o agrônomo Gutemberg Armando Diniz Guerra foram contratados para assessorar os camponeses nas disputas pela posse da terra, na qual a construção e organização sindical eram instrumentos fundamentais. O advogado era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR8. O agrônomo não tinha filiação partidária,

embora mantivesse diálogo e apoiasse ações militantes do MR8 e do Partido Comunista do Brasil, o PC do B, ambos na clandestinidade durante o regime militar. Convidado para integrar a equipe da pastoral diocesana, demitiu-se da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia, a EMATERBA, em 20 de junho e iniciou o contrato com a diocese no dia 1º de julho de 1979. Parte do que vai neste texto foi recuperado de lembranças apoiadas em anotações nas agendas pessoais e de trabalho. Reconhece-se a possibilidade de imprecisões e a parcialidade nestas anotações, feitas sem a intenção original de registro etnográfico, mas preciosas no que se refere ao apoio para a memória individual que se insere na reconstituição do processo histórico e coletivo vivido, tomando estes instrumentos emprestados do seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72),

Padres, religiosos e agentes pastorais se envolviam, em maior ou menor intensidade, no processo de mobilização dos trabalhadores rurais, conforme o enfoque de suas atividades: apoio à organização da produção e permanência na terra, saúde e juventude.

Embora contratado apenas por um ano, entre 1º de julho de 1979 e 31 de junho de 1980, o agrônomo vinha realizando trabalhos nas comunidades rurais juntamente com o Padre Geraldo Brandstetter, em parceria entre a Igreja e a EMATERBA. O Padre Geraldo tinha a prática de apoiar a formação de caixas agrícolas que consistiam na cotização entre os membros de uma ou mais comunidades¹ para a realização de trabalhos coletivos como a produção e venda de derivados da mandioca (farinha e goma), perfuração de poços para o abastecimento de água nas residências, compra de material agrícola (adubos, sementes, máquinas e equipamentos). Em um dos casos, na Comunidade de Catuzinho, adquiriu-se um trator de pneus para serviços de transporte, aração e gradagem. Nos casos em que o fundo das cotizações era deficitário, solicitavam-se recursos a entidades filantrópicas nacionais (Legião Brasileira de Assistência - LBA) e estrangeiras (Misereor, Adveniat) para complementar e estimular as ações. O Padre Geraldo cumpria uma intensa agenda de visitas aos comunitários e tinha o hábito do registro das informações sobre cada uma das famílias que visitava ou das histórias que surgiam durante as reuniões promovidas para discutir problemas do cotidiano rural. Dominava informações sobre as trajetórias familiares, anotando sistematicamente dados sobre migração, doença, conflitos intra e inter grupos familiares e de interesse. Tinha uma compreensão detalhada dos problemas no campo da diocese pela etnografia que fazia disciplinadamente. A

1 O que se denominava comunidades eram grupos de vizinhança e parentesco, agregadas em áreas contíguas ou próximas, que se reuniam para atividades religiosas e discutir problemas significativos do cotidiano.

intercessão com o trabalho da EMATERBA surgiu com a expansão dos financiamentos para pequenos agricultores no distrito de Quizambú, onde o agrônomo atuava como extensionista. Padre Geraldo e o advogado Nelson Silvério questionavam se o estímulo à especialização dos estabelecimentos no cultivo de laranja não tumultuaria a complexa organização da produção camponesa, implicando em uma dependência nociva, tornando os agricultores vulneráveis aos caprichos do mercado. O questionamento conduziu à moderação da introdução e fortalecimento do cultivo de citrus, de forma a que não desestruturasse o plantio de culturas brancas como o milho (*Zea mays*, L), o feijão (*Phaseolus vulgaris*, L), a mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz), a melancia (*Cucurbita citrullus*), a abóbora (*Cucurbita pepo*, L.), o quiabo (*Abelmoschus esculentus*, L.) e outras voltadas para o consumo da família e para o mercado dos povoados e cidades mais próximas.

O ESTOPIM DAS CONTRADIÇÕES

Vivia-se, no Brasil, o auge do processo de modernização da agricultura, com crédito agrícola e assistência técnica estruturados para apoiar a introdução de insumos modernos na agricultura e pecuária, deslocando a agricultura de subsistência e mantendo o domínio do latifúndio (SILVA, 1980a e 1980b). Era crescente a influência do capital internacional na agricultura (ARROYO, 1979; AGUIAR, 1986). Em Alagoinhas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia - EMATERBA tinha um escritório local que abrangia os municípios de Alagoinhas, Aramari e Catu, voltado para bovinocultura, avicultura, suinocultura, citricultura e horticultura, sendo mais significativos os trabalhos com gado bovino e citrus. A atividade dos técnicos da EMATER consistia na elaboração de planos de financiamento executados pelos bancos do Brasil, do Estado da Bahia, do Nordeste e Bradesco. Nestes planos se demonstrava a capacidade de reembolso do pleiteante, caso se aplicassem os procedimentos metodológicos recomendados pelos sistemas de produção elaborados e difundidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

Em que pese os solos reconhecidamente fracos da Diocese de Alagoinhas, o cultivo de citrus se desenvolvia a contento, dando-lhe a reputação de maior produtora no estado. O Escritório Regional de Alagoinhas², no período de 1978 a 1979 chegou a introduzir 410 mil laranjeiras, correspondendo à in-

2 Diferentemente do Escritório Local, o Escritório Regional cobria a área de dez municípios. Entre os citados e vinculados ao escritório local de Alagoinhas, havia os escritórios de Inhambupe, Entre Rios, Rio Real e Esplanada. Cada escritório abrigava um corpo técnico e administrativo composto de engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos agrícola e auxiliares de escritório.

corporação de mais de 1400 hectares ao sistema produtivo regional.

Neste mesmo período, a pressão de empresas reflorestadoras sobre o legislativo estadual era no sentido de incluir aquela microrregião no zoneamento para a implantação da atividade florestal, o que de fato ocorreu e se constituiu em mais um elemento de disputa pela posse da terra. Plantios de pinus e eucaliptus passaram a fazer parte da paisagem regional desde esta época. Empregando quantidade significativa de operários agrícolas no período de implantação dos plantios das empresas de reflorestamento, grande parte da mão de obra era dispensada no período de manutenção da silvicultura, fase menos exigente em trabalho humano, ocasionando levas de migrantes em busca de emprego ou inchando as periferias dos aglomerados urbanos. Agravando a situação, houve o caso de empresa reflorestadora instalada em Inhambupe que, ao final do período de implantação, deixou de pagar os operários e demitiu parte do quadro administrativo, deixando um problema social importante por causa das dívidas trabalhistas não pagas. Chamada para mediar o conflito, a paróquia de Inhambupe, então representada pelos Padres Benoni Leys e André de Witte, através da Pastoral Rural da Diocese de Alagoinhas, acionaram o advogado Nelson Silvério de Santana para representar os trabalhadores frente à empresa e justiça, negociando o ressarcimento das dívidas. O problema, porém, não se esgotava no pagamento dos salários. Tendo vendido suas terras às próprias reflorestadoras, os camponeses, após o período de assalariamento, não tinham mais onde instalar suas lavouras para consumo da família, sendo obrigados a migrar ou disputar as terras com os novos ocupantes.

De maior expressão, por conta de domínio histórico sobre a área, ainda que não nos moldes que se desenhavam, foi o processo de grilagem feita por fazendeiros de famílias tradicionais da região e categorias sociais emergentes. Com acesso aos financiamentos bancários e cartórios, iniciaram-se procedimentos de legalização de terras para dar-lhes o estatuto de hipotecáveis. O procedimento consistia em demandar o registro de área pleiteada ao Instituto de Terras da Bahia - ITERBA, para a qual se fazia divulgação em lugares como as sedes das prefeituras, no próprio cartório, ou na imprensa, em geral espaços pouco frequentados ou inacessíveis aos camponeses. Não havendo contestação no prazo de um ano, procedia-se à demarcação e imissão de documento de propriedade. Nos casos em que havia contestação e se estabelecia processo litigioso, a intimidação era uma das estratégias mais comuns para levar a cabo o processo de exclusão dos camponeses. Seja por ameaças verbais e judiciais, seja pela agressão física, destruindo-se benfeitorias, espancando-se ou assassinando-se os posseiros, o constrangimento intencional visava desalojá-los e

desmoralizar qualquer ação que lhes permitisse a permanência sobre a terra, ainda que esta já estivesse consolidada por direito histórico, juridicamente caracterizado (GUERRA, 1991). Este processo violento de ameaças e expulsões foi o mais forte elemento de mobilização dos camponeses para a fundação do STR de Alagoinhas e Aramari.

Posseiros da Fazenda Rio Branco sofreram agressão e reagiram procurando o apoio da diocese. Um deputado do Partido Democrático Social e um ex-delegado de polícia civil³, ameaçavam famílias residentes na área, intimando-as a se retirarem. Ergueram uma cerca envolvendo a área dos posseiros, o que foi de imediato rechaçado com a retirada das estacas e arame. Ameaça de morte com agressão física a um dos agricultores provocou indignação e uma carta foi enviada pelo bispo Don Cornelis à Assembléia Legislativa, denunciando os fatos. Lida pelo deputado Domingos Leonelli, do MDB⁴, a carta provocou a reação do deputado do PDS, com a denúncia da existência de uma quadrilha que furtava estacas de cerca e arame. Os camponeses, mobilizados pela Pastoral Rural da Diocese de Alagoinhas, com o apoio do Deputado Adelmo Oliveira, do MDB, presentes nas galerias da assembléia, reagiram aos berros de “mentiroso!” para o deputado do PDS. Tomavam contato pela primeira vez com a batalha no legislativo e o aprendizado da política que se praticava no parlamento. Uma das lideranças deste grupo, Sr. Nezinho, foi assassinado a pauladas, quando se deslocava, de madrugada, de seu estabelecimento rural para a feira de Alagoinhas, em condições jamais esclarecidas.

O processo de intimidação não se restringia aos agricultores. O advogado passou a ser seguido por um Volkswagen azul, sempre que estava em Alagoinhas. O agrônomo teve dois parafusos retirados da roda do lado direito do seu carro, os outros dois folgados, e a tampa do tanque de gasolina retirado durante a noite, véspera da manhã em que viajaria para Salvador para participar da denúncia na Assembléia Legislativa relatada acima. Dias depois da denúncia, o ex-delegado esteve na diocese com um coronel reformado da Polícia Militar. Apresentado, o coronel pedia informações sobre como proceder para resolver um problema de demarcação de limite de seu estabelecimento rural com um vizinho, na mesma comunidade Rio Branco. Antes que fosse dada qualquer

3 A reputação do ex-delegado da Polícia Civil intimidava por si mesma. Expulso da corporação por indisciplina, tinha sido citado por envolvimento no Crime da Lagoa do Abaeté, em Salvador, na década de 70, em que uma jovem fora assassinada e tivera um dos seios extirpado.

4 A proposta era de que o Deputado Marco Antunes, do MDB, eleito por votos de Alagoinhas, fosse o mensageiro do bispo lendo a carta. Para evitar confronto direto com Jairo Azzi, parlamentar adversário que tinha sua base eleitoral em Alagoinhas e era do Partido Democrático e Social - PDS), o Deputado Domingos Leonelli, do MDB, se dispôs a ler a carta, poupando o correligionário do enfrentamento.

resposta, o ex-delegado ameaçou dar um tiro em quem estivesse alimentando a imprensa com informações falsas sobre ele e o deputado do PDS. Teve como resposta de que se atirasse, fosse para matar porque haveria revés, em caso de sobrevivência. O coronel, sentindo o clima de animosidade, se desculpou e se despediu. A secretária da diocese, presente na sala vizinha, sem que os contendores soubessem, ouviu a conversa e deu conhecimento do acontecido ao bispo.

Outros fatos estavam ligados ao projeto da BA-099, a Linha Verde que abriria uma das áreas mais valorizadas do litoral nordeste baiano ao capital imobiliário. Grupos empresariais investem na apropriação de terras com expressões e registros de truculência. (SOUZA, 2009).

A Barreto de Araújo Imobiliária expulsa famílias de posseiros tanto do litoral destinado ao mercado hoteleiro e turístico quanto dos tabuleiros pleiteados pelas empresas reflorestadoras, das quais este mesmo grupo econômico era acionista (SOUZA, 2009), merecendo trabalho intensivo de negociações e mediação pelos agentes da pastoral diocesana tanto quanto a mobilização de parlamentares e organizações de apoio da sociedade civil, como a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia (AATRBA) para tentar minimizar e resistir ao elevado grau de agressividade e violência desta empresa. O processo de intimidação e resistência estava claramente manifestado.

A CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

A contratação do advogado, inicialmente para tratar de questões trabalhistas isoladas, foi ganhando expressão quando os casos de grilagem começaram a se multiplicar. A proposição de criar um sindicato como instrumento de representação dos camponeses foi aceita e encampada pela diocese. Organizou-se uma agenda de reuniões nas comunidades⁵, com a presença do advogado, do agrônomo e dos agentes pastorais responsáveis ou em atuação em cada uma das áreas. Nestas reuniões, levantavam-se os problemas existentes que demandavam a união das pessoas e encaminhava-se de imediato o que era necessário ser feito. Explicava-se qual era a função de um sindicato, como vinha ocorrendo nos outros municípios, reforçavam-se os aspectos legais da organização e demonstrava-se didaticamente o papel desta organização na representação dos seus associados.

A música era um instrumento importante no processo de mobilização.

5 Nas agendas de 1979, identifico registro de reuniões nas comunidades de Subauma Mirim...

Em muitos casos entoavam-se hinos religiosos invocando-se inspiração⁶, mas buscavam-se letras propícias à reflexão e introduziam-se músicas de conteúdo social e didático. Era prática comum na diocese recorrer-se a impressos contendo letras de músicas que serviam para animar as reuniões e caminhadas (DIOCESE DE ALAGOINHAS, 1979).

Canto do Sindicato

*Nelson Silvério de Santana*⁷

Em 16 de Dezembro⁸
(Vamos nós trabalhadores)
Caminhando em união
Para avançar em nossa luta
O sindicato organizar
Trabalhadores, o sindicato
É nossa força
É nossa voz
O sindicato é união!
O sindicato somos nós!

Hino do STR de Alagoinhas

Abimael Rufino de Reis

Nós já temos sindicato
A maior organização
Somos sócios de certeza
Lutaremos na defesa
Dessa grande população
É o povo com o sindicato
É o sindicato com o povo
Nós queremos trabalhar

6 Em ambientes religiosos é comum a invocação ao Espírito Santo para iluminar a reflexão (“A nós descei, Divina Luz” é um exemplo).

7 Advogado contratado pela Diocese, Nelson Silvério de Santana apresentou esta música sem assumir a autoria, deixando sempre a dúvida se a composição era dele ou do pai, Nelson Babalaô, músico. Considero a autoria de Nelson Silvério de Santana, por ter ele formação musical e ter apresentado a música que foi muito utilizada no processo de mobilização para a Fundação do STR.

8 Na letra original, antes da fundação do Sindicato, o verso era *Em 16 de Dezembro*, depois substituiu-se este verso por *Vamos nós trabalhadores*, para manter a atualidade da letra.

E criar um mundo novo
Que o pequeno tenha terra
Pra fazer a plantação
Onde não lhe falte nada
E ajude esta nação.

Uma coletânea de cânticos chegou a ser publicada pela Paróquia de Inhambupe (PASTORAL RURAL, s.d.). Foram identificadas pessoas com habilidade para realizar o trabalho, compondo-se uma equipe de mobilização em que eram freqüentes, além do advogado, do agrônomo e dos agentes de pastoral, os agricultores Abimael Rufino de Reis, habitante do Estevão, João Batista de Santana, de Subaúma-mirim, e Vital Alves Dantas, de Boa União. Cada uma destas comunidades se encontrava em pontos distintos do território municipal, representando uma cobertura espacial ampla. Estes agricultores viriam a compor a primeira diretoria do STR, Abimael como presidente, João Batista como secretário e Vital como tesoureiro. A comunidade do Estevão revelou-se particularmente empolgada com a atividade musical, havendo, sempre, pessoas com instrumentos de corda e percussão para animar as reuniões. O princípio era o de reunir em todas as aglomerações caracterizadas como distritos, povoados, localidades, comunidades e arraiais que pudessem ser potencialmente bases da organização. Uma intensa agenda de reunião foi planejada e seguida para que no dia 16 de Dezembro de 1979 se concretizasse a fundação do STR.

A jornada do dia 23 de Setembro de 1979 foi um dos marcos do processo mobilizador para a fundação do STR. Depois de missa celebrada pelo bispo, na Catedral, uma caminhada foi programada para sair da Praça Rui Barbosa em direção à sede da diocese. Nem todos os padres estavam de acordo com a caminhada pelo caráter político que o ato vinha assumindo, fazendo resistência para que não acontecesse. Deve-se aqui, fazer referência às disputas conceituais que implicavam em longas discussões para envolvimento dos religiosos no processo. O termo *caminhada*, proposto pelos próprios religiosos, embora afirmasse o caráter reivindicatório, guardava a idéia de manifestação pacífica a que se associavam as manifestações em voga no bojo da Teologia da Libertação. Era portanto um ato de característica contestatória, mas pacífica, de trabalhadores rurais, na cidade, em que eles diriam o que eram e o que pleiteavam dos poderes públicos. Não se tratava de uma *procissão*, cortejo comum das manifestações religiosas, em que se percorre um determinado trajeto, rezando-se e cantando-se em louvor a um santo, ou rememorando um evento religioso. O termo passeata estava marcado pelas manifestações de resistência estudantil e operária à dita-

dura militar nos anos 1960, e tinha forte conotação política. Embora o MR8 estivesse na clandestinidade, sabia-se que o advogado da diocese militava nesta organização, pelo fato de ser responsável pela distribuição do jornal *Hora do Povo*, vendido em uma das bancas do centro da cidade, e por assumir a representação de sua tendência política nas reuniões públicas e partidárias em que a esquerda se congregava para articular atividades de resistência política ao regime ditatorial vigente. As propostas vindas do advogado eram, portanto, identificadas como propostas do MR8, pertinentes dentro do quadro de abertura política da época. A caminhada tinha sido proposta originalmente para o dia 25 de Julho, dia do Trabalhador Rural, mas por conta de ser período chuvoso e de estar muito longe da data proposta de fundação do STR, acordou-se que a manifestação seria no mês de setembro, ficando o dia 23 de setembro como indicativo daquele evento. Havia o argumento de que o dia 25 de julho tinha sido proposto pelo regime militar enquanto o 23 de setembro era próximo das manifestações feitas para lembrar o assassinato, em 22 de setembro de 1977, do advogado de posseiros, Eugenio Lyra, em Santa Maria da Vitória.

O veículo do agrônomo, com alto-falante e um microfone, estava à disposição dos manifestantes. Os padres imprimiram e fizeram distribuir os cânticos: *A Terra é de todos*, *A vida que a gente vive*, *Eles queriam um grande rei*, *Barbaridade*, *Eu quero ouvir a voz do povo*, *Eu não sou tapete*, *Eu sou roceiro* e o *Canto do Sindicato*. A praça encheu-se de pessoas vindas de diversos pontos do município e da diocese. O caráter dos hinos era, como se pode verificar, de afirmação identitária e com forte teor de protesto contra a situação em que viviam de disputa pela terra e pelo reconhecimento dos camponeses enquanto cidadãos.

Um dos caminhões, vindo do Riacho da Guia, com uma faixa pleiteando escola, foi interceptado pela polícia, dentro da cidade, e levado para a delegacia. Segundo o Padre André, não havia permissão da polícia para o uso de faixas alusivas ao que quer que fosse. O jovem motorista rebelou-se e foi preso. A poucos metros da praça onde ocorria a concentração, o advogado e o padre André foram avisados e se deslocaram para negociar a liberação do veículo e do motorista. O padre André narra o incidente:

“Na primeira parada, na praça, vieram avisar que um caminhão que ainda estava com faixa e teve o motorista preso. Fui com Nelson (o advogado) para a delegacia. O delegado que desceu da escada, de bermuda veio logo aos gritos: “ Que é isto aqui?” Aí falaram que alguém ficou preso. E o homem ainda estava lá. O delegado mandou botar atrás das grades. Nelson falou: Eu sou o advogado da diocese.

O delegado: Você, advogado. Não dá para ver (racismo!). Se legitime!
 Penso que se não tivesse com que⁹, iria preso, sim. Nelson subiu com o delegado. Eu ia atrás. Na porta um policial perguntou: E este?
 O delegado: Só chamei um!.
 Aí saí e fui telefonar a Dom José”.

Depois de troca de argumentos, padre, advogado, motorista e veículos foram liberados, sem a faixa com reivindicação por escola. Este fato acirrou os ânimos e as tensões.

Na Praça, Abimael Rufino liderava a manifestação, microfone à mão, cantando. Os policiais entraram no meio dos manifestantes e começaram a recolher os papéis impressos com as letras das músicas. A voz do sindicalista se embargou e ele começou a lacrimejar, em silêncio, assistindo a ação repressiva. Um dos manifestantes puxou um dos cantos que a maioria sabia de memória e tinham entoado em reuniões anteriores, contando com a adesão da multidão. Cantando, deslocaram-se lentamente pelas ruas da cidade, fustigados pelas provocações da polícia e de agregados de fazendas montados em cavalos, ora infiltrando-se na multidão, ora ficando na dianteira, ora na traseira da caminhada.

O fato era que a manifestação dos camponeses na cidade era algo visto como uma afirmação indevida, conforme depoimento colhido pelo Padre André:

“Outro fato marcante: um policial disse a Irmã Raquel (Franciscana Imaculatina que trabalhava em Lustosa e que depois de hesitar escolheu participar de hábito e meio assustada achou: “comprometi toda a Congregação!”). (O policial disse:) “Irmã este povo do mato não tem o direito de fazer festa aqui, não!”

Instados a não reagir, os camponeses terminaram a caminhada na sede da diocese, com um almoço e cânticos. Foi a primeira grande manifestação de trabalhadores rurais em Alagoinhas, depois de 1964.

NÓS JÁ TEMOS SINDICATO!

O dia da fundação do sindicato foi planejado com cuidado e nos detalhes que se haveria de cobrir, ocorrendo porém tensões que tiveram que se resolver praticamente na hora da cerimônia. Os candidatos aos cargos de di-

9 O advogado apresentou a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil como identificação profissional.

retoria eram, evidentemente, os que mais se destacaram no processo de mobilização, com uma proposta de composição em que se respeitavam as posições dos padres, do advogado e agrônomo, e dos próprios trabalhadores rurais. Os representantes da Igreja tinham uma predileção por Vital Alves Dantas para presidente, uma vez que se constituía em quadro formado pelos religiosos, assumindo o cargo de agente de pastoral em Boa União. Contido, tímido, Vital tinha um perfil conciliador. Abimael Rufino de Reis, sob influência do advogado, estava em vias de ser recrutado pelo MR8, e mantinha uma postura autônoma e crítica em relação à Igreja. Tinha um perfil aguerrido, atirado e extrovertido. Demonstrara um crescimento político que fazia jus à confiança do advogado e do agrônomo, e alguma reticência por parte dos religiosos. João Batista de Santana, oriundo de comunidade negra da área limítrofe entre Inhambupe, Aramarí e Alagoinhas, era animado, extrovertido, e com uma confiança muito grande por parte dos agricultores. Desempenhara funções de agente de saúde no controle da malária, estava envolvido em uma das caixas agrícolas lideradas pelo Padre Geraldo Brandstetter, constituindo-se em um tertius capaz de resolver o dilema e disputa entre Abimael e Vidal. Resultou que seria ele o presidente do STR se não houvesse o que relata-se a seguir.

O advogado Nelson Silvério de Santana Filho foi aclamado diretor dos trabalhos na presença de quatrocentos e cinquenta pessoas, conforme reza a ata de fundação. A advogada Norma Santana foi convidada para secretariar a assembléia. A mesa diretora se completou com o senhor Aurelino Bastos da Guarda, Secretário da Previdência Social e Manoel Cotinguiba da Silva, tesoureiro, ambos da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia (FETAG BA). Foi aberta a palavra para manifestações sobre a matéria para a qual tinha sido convocada a assembléia, deliberando-se por unanimidade pela fundação da entidade. Seguindo o ritual para composição de chapas, foi dado um intervalo de trinta minutos para que se acomodassem as candidaturas para eleição da diretoria provisória. As comunidades se mobilizaram para vir para a fundação do STR em camionetas, caminhões, ônibus regulares ou fretados e bicicletas. Ensaíram suas participações com músicas, cânticos, discursos e representações teatrais. Aos poucos foram chegando e adentrando o espaço da Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas. João Batista de Santana chegou comandando a comunidade de Subaúma-mirim e adjacências, com um caminhão repleto de camponeses, ele na carroceria, rouco e completamente embriagado de toda uma véspera de comemoração festiva antecipada. Tinha havido articulações no sentido de que ele presidisse a primeira diretoria do STR. Avaliando suas condições físicas para dirigir a organização naquele pri-

meiro e decisivo momento, reuniram-se as lideranças camponesas, religiosos, advogado, agrônomo e decidiu-se que Abimael Rufino de Reis seria apresentado para Presidente do STR, ao invés de João Batista de Santana, da comunidade de Subaúma Mirim, que passou à posição de Secretário, ficando Vital Dantas como tesoureiro.

Em seguida foi realizada a leitura e aprovação do estatuto social e eleição da primeira diretoria provisória e determinação da contribuição sindical. Seguiram-se discursos, destacando-se o de antiga liderança da União dos Lavradores de Boa União, pelo que se soube depois, vivia na clandestinidade desde que desmantelada a entidade, na década de 1960. Dona Francisca, da comunidade do Estevão entoou um jogral em que apresentava a sua localidade e depois repassou o cântico para outra pessoa para que apresentasse a sua comunidade. Esta, em seguida, puxava a seguinte até que todas estivessem representadas e com todas as pessoas de mãos dadas no auditório da Faculdade.

Um senhor negro, vestido de branco, portando um cacho de bananas às costas e uma muda de coqueiro em uma das mãos subiu no palco e cantou: *o que Deus me deu, ninguém vai me tirar!* refrão que foi repetido muitas vezes em variações tonais, seguido pela platéia que engrossava o coro.

Estava fundado o STR de Alagoinhas e Aramari com todas as formalidades e ritual cumpridos. Restava agora o reconhecimento da Confederação e o trabalho cotidiano de formação dos quadros e dos associados para o duro enfrentamento da disputa pela posse da terra que se transformava, rapidamente, naquele período em toda a microrregião de Alagoinhas e mesorregião do Nordeste Baiano. Não bastava ocupar, era preciso produzir e resistir às transformações que se impunham ao espaço pelo capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do STR de Alagoinhas e Aramari é apenas um dos capítulos da atuação da Pastoral Rural diocesana que teve como resultado a fundação dos Sindicatos de Alagoinhas e Aramari, mas também os de Catú, Inhambupe, Sátiro Dias, Aporá, Entre Rios, Esplanada, Jandaira e Conde. A Pastoral Rural articulou a fundação do Sindicato dos Trabalhadores no Reflorestamento - SINDIFLORA, que existe com sede em Esplanada e Entre Rios, refletindo um dos aspectos da disputa pela terra com as empresas e das relações capital-trabalho na região.

Além dos STRs, a criação de EFA (Escola Família Agrícola), que criou a Cooperativa Agropecuária da Região de Alagoinhas - COOPERA, que por sua

vez criou a cooperativa de crédito em Inhambupe, Alagoinhas, Irapá e Rio Real - SICOOB CREDITE, com 3.737 sócios e um capital social de 1.754.504,00, a Pastoral da Juventude Rural - PJR e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR, jornadas de estudo, formação de grupos de jovens, foram algumas das atividades com as quais a Pastoral Rural da Diocese de Alagoinhas se envolveu intensamente. Deve-se levar em conta que o processo de fundação dos sindicatos é um processo de formação e consolidação de lideranças que vêm das comunidades, se projetam no sindicalismo e na política local, regional, estadual e federal. Não foi pretensão de esgotar estes pontos neste artigo, mas reconhece-se a densidade histórica da Pastoral Rural que tomou contornos de uma religiosidade que se espria no plano material, bem ao estilo do que se pregava e vivia na Teologia da Libertação (o reino de Deus começa na Terra).

As atividades para a fundação do Sindicato de Alagoinhas e Aramari revelam as mudanças que se davam na jurisdição da diocese, principalmente no que concerne à entrada de novos atores na cena agrária baiana, em particular os investidores imobiliários que vão implantar os complexo turístico e hoteleiro no cobiçado litoral baiano.

Chama a atenção o caráter tecnológico que se manifesta nas abordagens de todos os segmentos atuantes neste período, fosse a Igreja, preocupada com a permanência dos camponeses em seus ancestrais domínios, fosse a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, representando os esforços do estado por uma modernização da agricultura nos moldes da Revolução Verde, inserindo a agricultura brasileira na economia globalizada, fossem as empresas de reflorestamento se apossando de terras originalmente de camponeses e implantando as bases de produção de matéria prima para produção de papel e celulose, fossem especuladores, pretendendo as terras para um mercado imobiliário que se previa aquecer quando da abertura da estrada litorânea entre Aracaju e Salvador, tornando acessível e cobiçada uma área vasta de belezas naturais e potencial turístico. A disputa pela terra passou pela proposição de torná-la produtiva pelo uso dos incentivos fiscais abundantes na época, o que mascarava a natureza especulativa e concentradora que excluiu e continua excluindo populações camponesas.

AGRADECIMENTOS

Este artigo não teria a mesma qualidade sem as contribuições de Dom André de Witte e Benone Leys que leram a primeira versão, completaram com informações e depoimentos e acrescentaram dados ao relato; do professor Jean

Hebette, que deu contribuições na revisão e estruturação do texto no formato em que se encontra e do Laboratório de Análises Informatizadas da Geografia – LAIC, pela elaboração das ilustrações. A eles, os agradecimentos do autor que reconhece como unicamente seus os limites que o texto apresenta.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Ronaldo Conde. Abrindo o pacote tecnológico. Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil. São Paulo, Brasília, Pólis, CNPq, 1986.

ARROYO, Gonzalo. As multinacionais e a agroindústria. Cadernos do CEAS, Salvador: v. No. 59, jan/fev 1979, p. 18-34.

BEOZZO, José Oscar. Entrevista a Pierre Dieucel. Quinta-feira, 19 de maio de 2011. Pe. José Oscar Beozzo, MATER ET MAGISTRA – 50 ANOS - 15 DE MAIO DE 1961 – Entrevista para o IHU . Disponível em <http://dieucel.blogspot.com/2011/05/pejose-oscar-beozzo-mater-et-magistra.html>. Acessado em 12/09/2011.

BOFF, Leonardo. Teologia do cativo e da Libertação. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

CAVALLI, Alessandro. La mémoire comme projet: les mémoires des communautés après une catastrophe. DELOYE, Yves et HAROCHE, Claudine (orgs). Maurice Halbwachs. Espaces, mémoires et psychologie collective. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004.

DIOCESE DE ALAGOINHAS. Jornada dos Lavradores – Cantos da Caminhada. Alagoinhas, 23 de Setembro de 1979. 4 p.

ELIAS, Norbert. Engagement et distanciation. Paris, Fayard, 1993.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. O posseiro da fronteira. Campesinato e Sindicalismo no Sudeste Paraense. 1. ed. Belém: Universidade Federal do Para, 2001.

GUIMARÃES, Paulo Rogério. Linha Verde: Nova via, novo desenvolvimento? In:

Bahia Análise e Dados. Cultura Turismo e Entretenimento. Centro de Estudos e Informações da Bahia. Salvador, v.2, n.2, p.82-93, set. 1992.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1. O processo de produção do capital. 4 ed. São Paulo, Difel, 1985, v.

NEVES, Delma Pessanha. Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PASTORAL RURAL. Nós, lavradores, unidos, Senhor. Inhambupe: Pastoral

Rural, s.d.

PERANI, Cláudio. Comunidades eclesiais de base. Cadernos do CEAS. Salvador: no 56, 36-48. Jul/ago, 1978.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI. 5ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

SILVA, José Graziano da (coord.). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira 2ed. São Paulo, HUCITEC, 1980a. (Estudos rurais).

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1980b.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOINHAS E ARAMARI. Ata de fundação do STR. Alagoinhas, 16 de Dezembro de 1979.

SOUZA, Maria de Lourdes Costa. Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno. Salvador, 2009. 160f. (Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia).